



Do outro lado do front: Dunshee de Abranches e os germanófilos no debate brasileiro sobre a Primeira Guerra Mundial.

LIVIA CLARO PIRES*

Em abril de 2017, o jornal *Folha de São Paulo* publicou uma entrevista com o filósofo e dramaturgo Alain Baidou. Em análise da geopolítica e dos conflitos políticos que cercam a atualidade, Baidou comparou o cenário da segunda década do século XXI àquele que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. Para o filósofo, há um conjunto de potências econômicas e políticas em desalinho nas suas intenções, rodeadas por um cenário de crise do sistema capitalista, compondo uma cena de clivagem, em que mudanças, não se sabe se boas ou ruins, acenam num horizonte não muito distante para o mundo, de maneira geral.

A evocação do conflito de 1914 feita pelo entrevistado francês fez com que o leitor entendesse imediatamente a gravidade da situação desenhada, das consequências a serem enfrentadas¹. Isso ocorre devido à memória criada sobre a Grande Guerra: nos livros escolares, no cinema, nos romances, nos monumentos, nas análises historiográficas, houve a construção de um sério conflito que abalou as estruturas sociais e políticas mundiais àquela época, e descortinou um novo período da história. Assim, edificou-se acerca da guerra o que José D'Assunção Barros chamou de “memória coletiva”, compartilhada por toda a sociedade e evocada em momentos oportunos, tal qual fez Alain Baidou para representar a gravidade da situação política atual².

Contudo, memórias coletivas são também criadas a partir de memórias individuais. No caso da Primeira Guerra Mundial, uma profusão de cartas, relatos, análises e outra série de materiais sedimentaram em palavras e imagens, as impressões e os sentimentos dos contemporâneos acerca do conflito de 1914. Foram pessoas que viveram cotidianamente as batalhas, as mortes, as privações, as migrações; outras, distantes geograficamente dos *fronts*, recebiam notícias pelas páginas da imprensa e sofriam indiretamente suas consequências, com os racionamentos e o envio de seus familiares para lutarem no cenário de guerra europeu. Estas pessoas, apesar de longes dos tiros dos canhões Krupp e das carabinas inglesas, elaboraram suas opiniões, criando elas próprias suas memórias do conflito.

* Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

¹ A matéria, cuja manchete foi “Geopolítica atual lembra véspera da Primeira Guerra Mundial, diz filósofo”, foi compartilhada 5,1 mil vezes, de acordo com o site da Folha de S. Paulo.

² Segundo José D'Assunção Barros, a memória coletiva seria aquela construída pelos grupos sociais, reverberando aspectos do presente no passado, e vice versa. A “memória coletiva” seria construída por continuidades e descontinuidades, num processo dinâmico e contínuo.

No Brasil, a Grande Guerra, enquanto durou, foi pauta de debates acalorados, realizados tanto nos bares e cafeterias, quanto nas páginas da imprensa da capital e mesmo no Congresso Nacional. Foi tema, também, de diversos livros e artigos de revistas publicados naquela década, onde políticos e intelectuais brasileiros registravam a forma como o conflito impactou suas bases intelectuais, políticas e culturais, como afetava o Brasil em particular, e não apenas isso³. A guerra, que começara europeia e se estendera aos cinco continentes, tornou-se o mote para pensar o futuro da nação brasileira, em amplos aspectos: desde seus modelos culturais e políticos, até sua posição no concerto internacional das nações.

Dentre as obras publicadas sobre a guerra entre os anos de 1914 e 1918, destaca-se aquelas escritas por Dunshee de Abranches. Enquanto o conflito desdobrava-se nos campos de batalha, o escritor lançou análises que buscaram entender a luta e prever quais seriam os seus desdobramentos. Foram lançados ao todo 5 livros, em diferentes momentos do conflito, todos eles decisivos para o Brasil: “A conflagração europeia e suas causas” (1914); “A Black List e o projeto Dunshee (em defesa da soberania nacional e da neutralidade do Brasil)” (1916); “A ilusão brasileira” (1917); “A Alemanha e paz” (1917); e “O Tratado de Versalhes e os Alemães no Brasil” (1924). Essas obras alcançaram relativo apelo entre o público leitor da época, algumas contando com inúmeras edições. Mas quem era Dunshee de Abranches, qual era o seu lugar de fala, e o seu campo de atuação?

O maranhense João Dunshee de Abranches Moura seguiu a trajetória intelectual característica dos homens de letras da República, em suas primeiras décadas. Filho de família ilustre no seu estado natal, foi enviado à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, instituição que, ao lado da Faculdade de Direito, fornecia os bacharéis do então Império do Brasil, futuros ocupantes não das fileiras profissionais indicadas pelo diploma obtido, mas os quadros de políticos e figuras públicas do país. Cumpriu, dessa forma, o destino que lhe havia sido proclamado: não tardou a se envolver em questões políticas na Corte de 1888, tornando-se um defensor do abolicionismo e do republicanismo. O funcionalismo público logo lhe acenou com uma vaga de promotor no Maranhão, mas a capital da agora República era, como para muitos, o campo de atuação escolhido, onde o progresso e a civilização pareciam firmar-se

³ Muitas obras foram publicadas sobre a Primeira Guerra no Brasil, durante e depois do conflito. Algumas foram traduzidas para o português e veiculadas no país, como o livro *O Plano Pangermanista Desmascarado*, do francês André Chéradame, e tantas outras que compuseram o acervo bibliográfico da Liga Brasileira pelos Aliados, além da revista *A Guerra Ilustrada*, tradução da francesa *La Guerre Illustrée*, veiculada no país. Outras foram escritas por brasileiros, como o livro *O Brasil na Guerra*, de Otto Prazeres, dentre outros.

numa *Belle Époque tropical*⁴. Concluído os estudos em medicina, foi professor de física, química e biologia do Instituto H. Köpker e do Colégio Brasileiro-Alemão. Obteve ainda outra graduação, em Direito, e nessa cadeira foi professor honorário da Universidade de Heidelberg, na Alemanha.

Não obstante, a carreira pública, mesclada a intensa atividade intelectual, era o destino de homens como Dunshee. Os “mosqueteiros intelectuais” da década de 1870 legaram à geração que os sucederam um forte engajamento político, agora como “escritores cidadãos”⁵. Apesar do mundanismo proclamado na *Belle Époque*, e embora não tenham se organizado – ao menos sua parcela mais proeminente – em partidos políticos ou movimentos revolucionários, os homens de letras não se furtaram a problematizar e a criticar a política e o Estado republicano. Os livros e a imprensa, então a se profissionalizar, eram seu meio de comunicação, e, entre versos, poesias e longos estudos literários, faziam sua expressão política.

O maranhense seguiu em parte essa cartilha. Fundou jornais no Maranhão, na Bahia, em Pernambuco, São Paulo e no Amazonas. No Rio de Janeiro, colaborou em proeminentes títulos da imprensa fluminense, como *Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias* e *Correio da Manhã*; foi ainda redator d’*O Paíz* e do *Jornal do Brasil*. Sua atuação na imprensa fluminense foi notável, chegando à presidência da Associação Brasileira de Imprensa, entre os anos de 1910 e 1913. Nesse ínterim, publicou obras das mais variadas temáticas: desde críticas literárias e musicais, passando por poemas e obras satíricas, até crônicas políticas, análises conjunturais e biografias. Mas Dunshee, apesar da intensa produção no mundo das letras, parecia mais ligado à velha guarda do que aos novos tempos da intelectualidade brasileira.

Na gestão de Rodrigues Alves (1902-1906) foi comissário junto às instituições de ensino superior e médio. Entrou definitivamente para a carreira política em 1905, quando foi eleito deputado federal pelo Maranhão, cargo que exerceu até o ano de 1917. Sua atividade na casa legislativa foi intensa, presidindo, em diferentes momentos, a Comissão Especial de Justiça Militar, Comissão Organizadora do Código Penal Militar e a Comissão de Diplomacia

⁴ O conceito de *Belle Époque tropical* foi desenvolvido por Jeffrey Needell, ao analisar em sua célebre obra as reformas urbanas e mudanças culturais realizadas na cidade do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do regime republicano.

⁵ A ideia de “escritores-cidadãos” segundo o historiador Nicolau Sevcenko está relacionada às mudanças sofridas no estatuto interno e externo dos intelectuais brasileiros ao final do Império e nas primeiras décadas da República. Aliados dos postos de poder político, essa camada intelectual sediada na cidade do Rio de Janeiro se incumbiram da função de tutores da sociedade e formadores da opinião pública.

e Tratados. Foi ocupando a presidência dessa última comissão que assistiu o efeito dominó na política europeia em 1914, arrastando o continente para a guerra.

Enquanto o governo de Hermes da Fonseca apressou-se em proclamar a neutralidade brasileira diante da Tríplice Entente e da Tríplice Aliança, o mesmo não se deu entre os grupos letrados localizados na capital federal⁶. Da inicial incredulidade diante das sucessivas declarações de guerra após o assassinato do arquiduque austríaco, seguiram-se posicionamentos explícitos de favoritismo a um dos blocos beligerantes. Esses indivíduos organizaram as suas predileções embasados nas afinidades intelectuais que sentiam em relação à França, Inglaterra e Império Alemão, e rapidamente dividiram-se entre *aliadófilos* e *germanófilos*. Assim, a guerra ganhava contornos maniqueístas, uma luta do bem contra o mal, deixando pouco espaço para posições ponderadas.

Não se pode dizer que tal situação se deu por conta do raso entendimento daqueles indivíduos acerca dos acontecimentos do outro lado do Atlântico. Digladiavam-se nos campos europeus mais do que países: eram os modelos de progresso e civilização que a elite letrada fluminense aprendeu a admirar e almejar seguir os passos. Iria demorar, ainda, para que essas pessoas, no desdobrar da guerra, rompessem com o padrão advindo da Europa e buscassem por novas referências. Da mesma forma, não ajudava a uma interpretação plural do conflito o fato da imprensa fluminense ser abastecida de notícias internacionais através dos cabos submarinos das agências estrangeiras, o que lhes dava uma visão muito parcial do que se passava. Mais limitadas ainda ficaram suas fontes quando a Inglaterra cortou os canais submarinos de comunicação dos Impérios Centrais, já em 1914, e os jornais da capital passaram a se valer das informações fornecidas exclusivamente pelas agências de notícias britânicas e francesas. No entanto, apesar desse cenário, não houve homogeneidade de opiniões, e Dunshee de Abranches tornou-se um exemplo ideal dessa situação.

No mês seguinte ao início das hostilidades no Velho Continente, ou seja, em setembro de 1914, legislador maranhense e então presidente do Comitê de Diplomacia da Câmara dos Deputados analisou publicamente a guerra sob uma perspectiva inusitada, destoando da ideia de vozes uníssonas a favor dos aliados, tão veiculada na historiografia brasileira atual. Seu discurso encaminhou-se no sentido contrário, defendendo a superioridade alemã sobre os seus

⁶ Em 4 de agosto de 1914, o então presidente da República, marechal Hermes da Fonseca, declarou a neutralidade do Brasil no conflito recém deflagrado. Era uma forma de preservar as boas relações do país com seus principais parceiros econômico-financeiros, que se dividiam em lados opostos na luta.

inimigos de armas e como o Brasil poderia nela se espelhar para alcançar o tão desejado progresso. A intenção declarada daquelas palavras não era defender o império de Guilherme II, mas apresentar um modelo – alemão – compatível com as necessidades e ambições brasileiras para o futuro. O encaminhamento da sua fala obedeceu a esse propósito, o que não o impediu de expressar suas interpretações sobre a guerra, que não passava, na sua concepção, de uma luta econômica, fruto do imperialismo britânico, para aniquilar sua principal concorrência, o Império Alemão. Não era uma batalha de modelo cultural latino contra o modelo cultural germânico, da barbárie contra a civilização, e, sim, uma disputa pragmática, com finalidades materiais, mas com uma evidente superioridade moral alemã, na opinião de Dunshee.

A repercussão desse discurso foi, simultaneamente, positiva e catastrófica para o deputado. Deu-lhe fama e notoriedade, sendo Dunshee assediado pela imprensa carioca e internacional; a oração foi transformada em livro, com vendagem robusta o suficiente para render traduções para o alemão e inglês. Por outro lado, Dunshee foi atacado por aqueles que consideraram sua prédica uma afronta ao estado neutral assumido pelo governo brasileiro; outra parte dos seus críticos simplesmente não gostaram do tom favorável aos alemães, e, defensores da causa aliada no conflito, taxaram Dunshee de “germanófilo”, alcunha que o acompanhou até o final da guerra. Tamanha foi o impacto de seu ato, e a pressão subsequente, que o deputado se viu obrigado a renunciar ao cargo de presidente da Comissão de Diplomacia da Câmara dos Deputados.

Apesar da diversidade, era claro que os conhecidos como “aliadófilos” constituíam, se não a maioria da intelectualidade e da cena política fluminense, ao menos a parcela de maior notoriedade. Figuras proeminentes direcionaram suas simpatias em prol da campanha bélica de Inglaterra, França e Rússia, como Rui Barbosa, Graça Aranha e Olavo Bilac, expondo suas opiniões apaixonadas livremente nas páginas dos jornais, em artigos de exaltação à “justiça britânica”, ao “martírio belga” ou à “defesa da latinidade” empreendida pelos franceses. E não o fizeram de maneira isolada e descoordenada. A fundação da Liga Brasileira pelos Aliados, em 1915, por Graça Aranha, José Veríssimo e Antônio Reis Carvalho buscou arregimentar as simpatias da opinião pública brasileira em prol daquele grupo de beligerantes, espalhando sua visão particular da conflagração, arrecadando fundos monetários e doações materiais para a campanha aliada, enviando moções de apoio a periódicos estrangeiros, todas as suas ações devidamente corroboradas pelas representações diplomáticas dos países alvos das suas

afeições. Muitos foram os membros integrantes da Liga pelos Aliados, entre políticos, profissionais liberais e literatos, e esta se manteve ativa até o final do conflito, em 1918, e soube orquestrar as preferências dos brasileiros nos diferentes momentos em que o governo viu-se envolvido pelas circunstâncias de beligerância.

Diante desse panorama, torna-se pertinente indagar os motivos que levaram Dunshee de Abranches a romper com a tendência que parecia direcionar as reflexões da intelectualidade brasileira sobre a guerra. Uma hipótese a ser levantada seria a aproximação intelectual de Dunshee com instituições de ensino germânicas, como se percebe na descrição de sua trajetória. A construção de referências intelectuais teutas poderiam ter influenciado na admiração expressa pelo autor aos alemães e, por conseguinte, ter colaborado para uma observação sob um ponto de vista diferente das lentes francesas adotadas por seus colegas. Outra possível resposta poderia ser formulada a partir das observações do próprio campo em que Abranches estava inserido. As disputas internas do meio literário que resultariam na aquisição do capital simbólico e, por sua vez, traria prestígio a este ou aquele indivíduo, podem resultar em estratégias e posturas para que tal fim fosse alcançado. Ao longo dos anos de 1914 e 1918, puseram-se em disputa diferentes opiniões acerca do conflito mundial, e prevalência de uma ou outra interpretação como a “verdade” traria seus autores para o protagonismo do seu microcosmo⁷. Uma terceira via de interpretação seria, talvez, uma suposta aproximação com a representação diplomática do Império Alemão, em vista de sua participação na Comissão de Diplomacia e de sua proximidade com o Ministério das Relações Exteriores.

No entanto, o que há de concreto é sua obra contínua sobre a Primeira Guerra Mundial escrita enquanto a luta armada se desdobrava nos *fronts* e o Brasil se contorcia para manter sua posição de neutralidade entre as pressões vindas dos dois lados. Em 1917, esse era o cenário quando lançou *A Ilusão Brasileira*, em agosto daquele ano. A publicação alcançara êxito para o mercado editorial da época: entre agosto e outubro, foram 6 edições do livro. Observando-se as datas de lançamento das diferentes tiragens, percebe-se a concomitância com instantes decisivos para o Brasil: quando as três primeiras edições são lançadas, entre os meses de agosto e setembro de 1917, o governo de Wenceslau Brás seguia uma escalada de

⁷ Referindo-se ao seu discurso de 1914 na obra aqui analisada, Dunshee o classifica da seguinte maneira: “Era o momento para uma ação, pessoal embora e embora arriscada e audaz, mas necessária e inadiável em benefício da honra, da cultura mental e da integridade política da Pátria. Ninguém se animava a fazê-lo. Fizemo-lo nós.” (ABRANCHES, 1934: 18).

alterações do antigo estado de neutralidade declarado por seu antecessor, que resultava no rompimento das relações diplomáticas com o Império Alemão, e na revogação total da neutralidade. Já as 4ª, 5ª e 6ª edições são impressas em outubro, mês em que o Brasil declarava guerra aos Impérios Centrais. Embora não se tenha acesso às quantidades de cada impressão, é notório ao menos o interesse despertado no público leitor brasileiro a respeito da análise de Dunshee sobre a Grande Guerra, no qual o país entrava como um beligerante a partir daquela data, mas que já fazia parte do cotidiano da política brasileira havia algum tempo⁸.

Por esse motivo, provavelmente, a primeira definição atribuída ao livro, dada pelo próprio autor, era de ser uma publicação “pragmática”. A intenção declarada por Dunshee de Abranches para aqueles escritos era apresentar soluções práticas e realistas para o momento histórico pelo qual passava o país, ameaçado de perder sua soberania, e, portanto, o seu futuro caso optasse por apoiar publicamente os Aliados. O discurso de Dunshee revestia-se, portanto, de dimensões nacionalistas, uma vez que afirmava escrever e racionalizar o conflito e seus efeitos em nome do bem da pátria, extraíndo da beligerância uma lição para o Brasil naquela época e no período que se seguiria. Para o autor, a fim de que o país extraísse daquela situação proveitos e crescimento, era imperioso que o governo brasileiro mantivesse o país no mesmo estado em que estivera desde 1914, ou seja, neutro, o que vinha se mostrando uma difícil tarefa não apenas em idos de 1917, como desde o princípio da guerra.

O Brasil sofria continuamente as pressões de Inglaterra, França e Alemanha. Dependente do comércio e do apoio financeiro desses três países, viu-se em situação delicada quando exigências eram feitas de forma muitas vezes arbitrária⁹. Importações de produtos brasileiros sofreram restrições nos portos europeus, controlados em sua maioria pela marinha britânica. O Império Alemão, por sua vez, estava impedido de adquirir diretamente os produtos brasileiros em razão do bloqueio naval imposto pelos Aliados. A corda bamba em que o país se encontrava custou caro: o comércio sofreu pesados prejuízos com a diminuição

⁸ O livro de Dunshee teria ainda outras duas impressões, posteriores ao encerramento das hostilidades de 1914: em 1927, seria publicada a 7ª edição, e, em 1934, a 8ª e última que se tem conhecimento. É interessante perceber a aceção do autor sobre os acontecimentos da década de 30, em que não apenas o Brasil, como a Europa, vivia um momento de clivagem, com a ascensão dos regimes nazifascistas, o governo de Getúlio Vargas e o receio da expansão bolchevique de uma URSS stalinista.

⁹ Para maiores informações sobre as relações diplomáticas do Brasil durante o período da Primeira Guerra Mundial, consultar a obra de Francisco Vinhosa, *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*.

de exportações, e transações financeiras foram emperradas por conta de questões surgidas do cotidiano belicoso em que se encontravam boa parte dos países europeus.

Para essa situação o livro de Dunshee de Abranches apresentava-se como detentor de respostas. O livro, então, foi dividido em duas partes: a primeira, intitulada “A Conflagração Europeia perante o mundo”, buscava expor as razões do confronto e a forma como afetara o restante do globo; a segunda parte, “O Brasil e a Conflagração Europeia”, detinha-se em analisar os efeitos da guerra sobre o país. De início, a própria forma como Dunshee classificou a beligerância – “conflagração europeia” – demonstra o seu viés de interpretação, já outrora defendido: o conflito era fruto de questões internas da Europa e, por conta da posição central do continente, havia espalhado seus efeitos para os demais continentes. Por sua vez, a guerra, na concepção do autor, era de natureza econômica: era uma estratégia dos ingleses para liquidar pela força a concorrência que não conseguira eliminar por transações comerciais e financeiras, ou seja, o Império Alemão. Este foi o seu fio de alinhar, que sustentou toda a análise sobre a guerra e seus desdobramentos – então presentes e futuros – para o Brasil.

De maneira geral, este era o mesmo argumento utilizado no famigerado discurso de 1914. E, não à toa, o autor faz uso do espaço para empreender uma defesa das suas afirmações àquela época, num estilo que buscava comprovar o quanto ele estava certo em suas previsões e observações, enquanto seus detratores eram engolidos por cegas paixões aliadófilas. Em seu favor, Dunshee afirmava ser “aquele momento para uma ação, pessoal embora, e embora arriscada e audaz, mas necessária e inadiável em benefício da honra, da cultura mental e da integridade política da Pátria.” (ABRANCHES, 1934: 18). Ao seu ímpeto de defesa nacionalista, contrapunha os atos dos grupos rivais, uma “desprezível mediocridade laureada” (ABRANCHES, 1934: 20), uma “vozeria insensata e perniciososa” (ABRANCHES, 1934: 33), incapaz de compreender, a seu ver, o caráter puramente comercial e econômico da guerra, tampouco suas ameaças sobre o futuro brasileiro.

Para Dunshee, o conflito era fruto de uma conspiração engendrada pela Inglaterra e encampada pela França e pela Rússia para liquidar os Impérios Centrais, liderados pelo Reich, representados em uma posição de defesa pelo publicista. As motivações para o confronto seriam, portanto, puramente econômicas, com todos os seus atores sendo movidos por vantagens comerciais, em detrimento de outros países, sobretudo os neutros. O Brasil, enquadrado nesta categoria pelo autor, colecionaria prejuízos causados pela política de

bloqueio inglesa, e sua tendência, no momento em que Dunshee escrevia seu texto, de alinhar-se ao governo de George V, seria para o autor o mesmo que abraçar seu algoz.

A segunda parte do livro foi dedicada, portanto, a comprovar os prejuízos ao progresso moral e econômico brasileiro, causados pela interferência britânica. Para esse fim, o autor lança mão de uma análise histórica das relações anglo-brasileiras, tentando identificar, desde a vinda da família real portuguesa, em 1808, até o então momento, os conflitos e armadilhas promovidos pela suposta ganância britânica. Para Dunshee de Abranches, “efetivamente, a Inglaterra [...] tem para com os nossos homens e negócios a mesma política dura, desdenhosa e absorvente que jamais alterara em face do Brasil Colônia, e do Brasil Império, como do Brasil República”. (ABRANCHES, 1934: 170)

Durante toda esta segunda parte, sua exposição sobre a conflagração assume um tom de denúncia dos diferentes tipos de pressões feitas pelo governo inglês sobre o Brasil, visando arrastá-lo para um estado de guerra. Os britânicos, segundo Dunshee, teriam utilizado os mais diferentes estratagemas, através de constrangimentos os mais variados; nesse momento da sua análise, aparecem os principais momentos de tensão diplomática enfrentados pelo governo brasileiro durante o conflito, contado sob a ótica de culpabilidade dos ingleses. São muitas as acusações de Dunshee: desde confisco de bens e recursos financeiros, coibições ao comércio externo, passando por coações diplomáticas e exportação da propaganda de guerra britânica diretamente para os meios de comunicação brasileiros. Todo esse esforço inglês, para o autor, tinha um objetivo bem traçado:

“Ao passo que, dia a dia, procurava opor mais sérios obstáculos à expansão econômica do Brasil, de modo a impedir que, durante a guerra, pudéssemos conseguir um tal grau de florescimento que nos fosse lícito aspirar a verdadeira autonomia política, complemento da geográfica, que, de fato, é a única que possuímos, o governo inglês não havia amortecido no seu velho plano de nos reduzir a ficarmos, mais cedo ou mais tarde, sob a sua efetiva tutela financeira.” (ABRANCHES, 1934: 217)

Assim, ao acenar apoio aos britânicos, para a concepção de Dunshee, o Brasil dava o braço para aquele que buscou sempre subjuga-lo a sua sanha imperialista, liquidando sua influência no continente sul-americano. O antídoto para tal situação estaria, além da manutenção da neutralidade, a inspiração no modelo de desenvolvimento germânico, que era, além de eficaz, a representação de um “amigo leal” dos brasileiros. Ao final do seu livro, frustrado em suas expectativas em vista da declaração de guerra aos Impérios Centrais,

Dunshee não hesita em vaticinar para o Brasil um futuro abortado e decadente, submisso aos interesses estrangeiros e cego às próprias necessidades, e, curiosamente, sob o jugo não dos ingleses, mas dos estadunidenses. Para Dunshee, “despedaçamos os laços da solidariedade sul-americana, para aparecer no Novo Mundo como instrumento dócil e perigoso dos interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos do Norte.” (ABRANCHES, 1934: 378).

À guisa de conclusão, o livro de Dunshee de Abranches, *A Ilusão Brasileira*, lançado às vésperas da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial oferece uma interpretação do conflito que rompe com famigerada defesa aliadófila. Misto de autopropaganda, ataque aos detratores, análise da guerra e propaganda pró-Alemanha, Dunshee busca entender as hostilidades de 1914 como um problema gerado pelos choques imperialistas europeus, embora não se furte a dar à sua análise um tom conspiratório ao culpar a Inglaterra como a grande artífice da guerra, enquanto o Império Alemão reagiria para se defender. Sobre o Brasil, mostra-se um defensor da permanência do país na neutralidade, como forma de proteger-se das interferências inglesas sobre sua soberania nacional, recomendando a adoção do modelo de desenvolvimento alemão para alcançar o progresso e a civilidade.

As obras escritas por Dunshee de Abranches sobre a Primeira Guerra configuram, portanto, em percepções do conflito por quem o vivenciou de maneira peculiar, num lugar que por muito tempo foi considerado uma área periférica em relação às beligerâncias de 1914. Ainda assim, o autor elaborou sua percepção dos acontecimentos, os traduzindo para a realidade brasileira da época, como acreditava que esta poderia ser impactada em um momento percebido como decisivo da sua história. Era um período de mudança para o Brasil, de clivagem, em que novas perspectivas se anunciavam, com movimentos sociais adquirindo cada vez mais voz; vale lembrar que 1917 foi também o ano da Greve Geral, com ampla participação política de setores considerados perigosos pela oligarquia no poder. Nas palavras de Dunshee cria-se uma memória sobre a guerra, mas também um discurso sobre e para a nação brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Dunshee. *A conflagração europeia e suas causas*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1915.

_____. *A Ilusão Brasileira*. Rio de Janeiro: D. de Abranches Editor, 1934.

_____. *Em torno de um discurso*. Por que devemos ser amigos da Alemanha? Rio de Janeiro: Tipografia, Litografia e Papelaria de Almeida Marques & C., 1914.

BARROS, José D'Assunção. "História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço". *Mouseion*. Canoas, v. 3, n. 5, jan./jul. 2009. http://www.unilasalle.edu.br/museu/mouseion/historia_memoria.pdf Acessado em: 4 abr. 2013.

COMPAGNON, Olivier. *O adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

EICHENBERG, Fernando. "Geopolítica atual lembra a véspera da Primeira Guerra Mundial, diz filósofo." *Folha de São Paulo*. São Paulo, 16 abr. 2017. <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/04/1875585-geopolitica-atual-lembra-vespera-da-primeira-guerra-mundial-diz-filosofo.shtml> Acessado em: 14 ago. 2017.

NEEDELL, Jeffrey D. *Béle Époque tropical. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993.

NORA, PIERRE. "Por uma ciência das obras". *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1996. p. 53-89.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, Dennison de. "O uso de periódicos para o ensino de história na educação básica - projeto 1917: mídia, guerra e revolução". *Revista Intersaberes*. UNINTER, Curitiba, v. 12, n. 25, jan-abr. 2017, p. 98-105.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências*. Rio de Janeiro: IHGB, 1990.